

ALTO RIO NEGRO

Assembléia frustra os planos do CSN

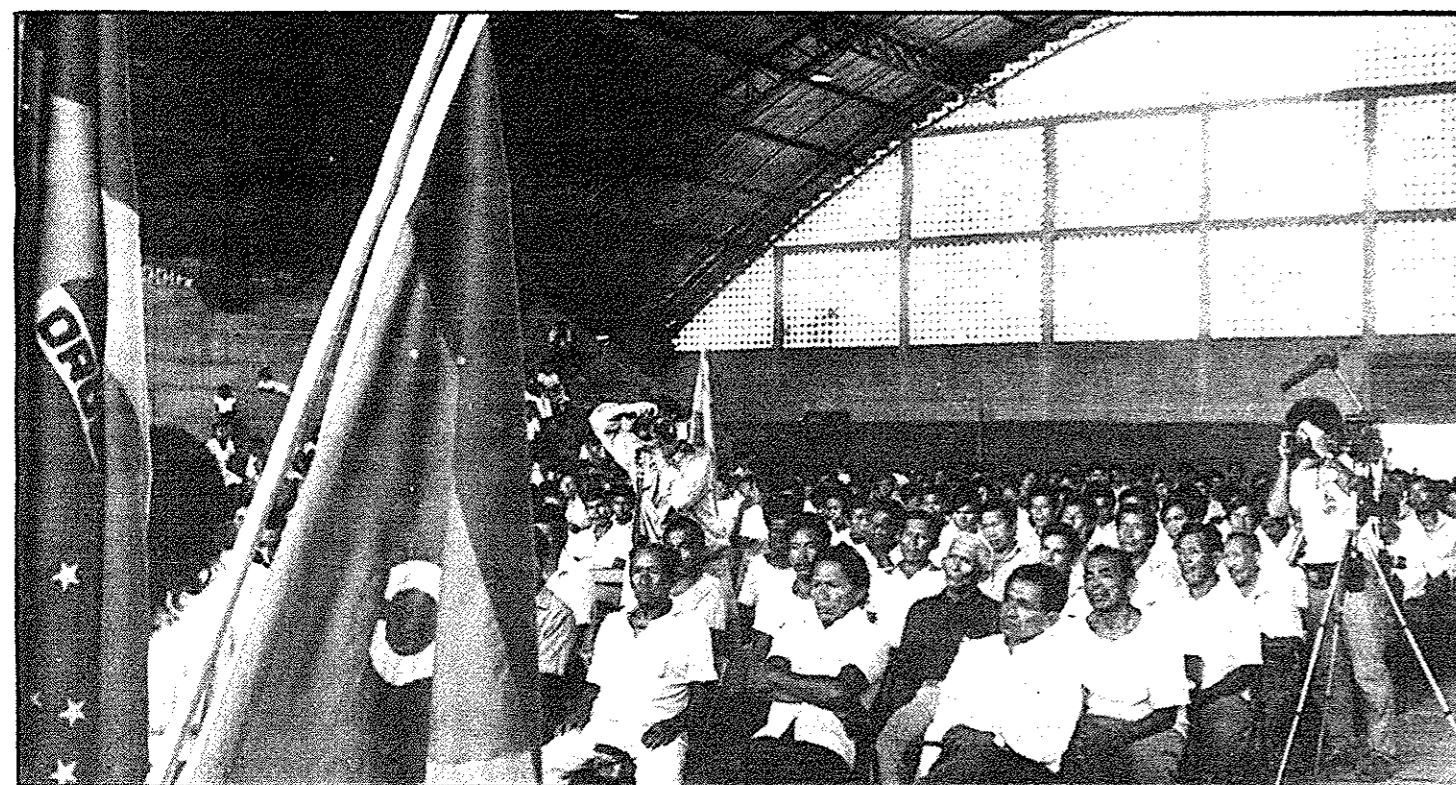
Com suas terras invadidas desde outubro de 1985 por empresas de mineração e garimpeiros, as duas dezenas de povos indígenas do alto rio Negro, em São Gabriel da Cachoeira, na fronteira do Brasil com a Colômbia, realizaram de 28 a 30 de abril sua II Assembléia. Foram três dias de discussões com representantes do Conselho de Segurança Nacional (CSN), Igreja, Funai, Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (Mirad), e das empresas de mineração Parapanema e Goldmazon, além do SNI. O resultado, além da criação da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn), foi o repúdio, pelas 200 lideranças presentes, ao projeto Calha Norte e à presença das mineradoras em suas terras, bem como a exigência da

demarcação imediata das áreas indígenas.

Mas a expectativa, pelo menos da parte dos órgãos oficiais de segurança e de assistência aos índios, era bem outra. Tanto que algumas lideranças tukano conseguiram que o encontro fosse financiado pelo Conselho de Segurança Nacional, que liberou recursos no valor de um milhão de cruzados para o transporte, alimentação e alojamento dos representantes indígenas e convidados. E o próprio titular da 5ª Superintendência da Funai, Sebastião Amâncio da Costa, falava no início da assembléia em "emancipação dos índios do alto rio Negro". Para seu desgosto, as lideranças reafirmaram sua identidade indígena.

De fato, a própria assembléia foi

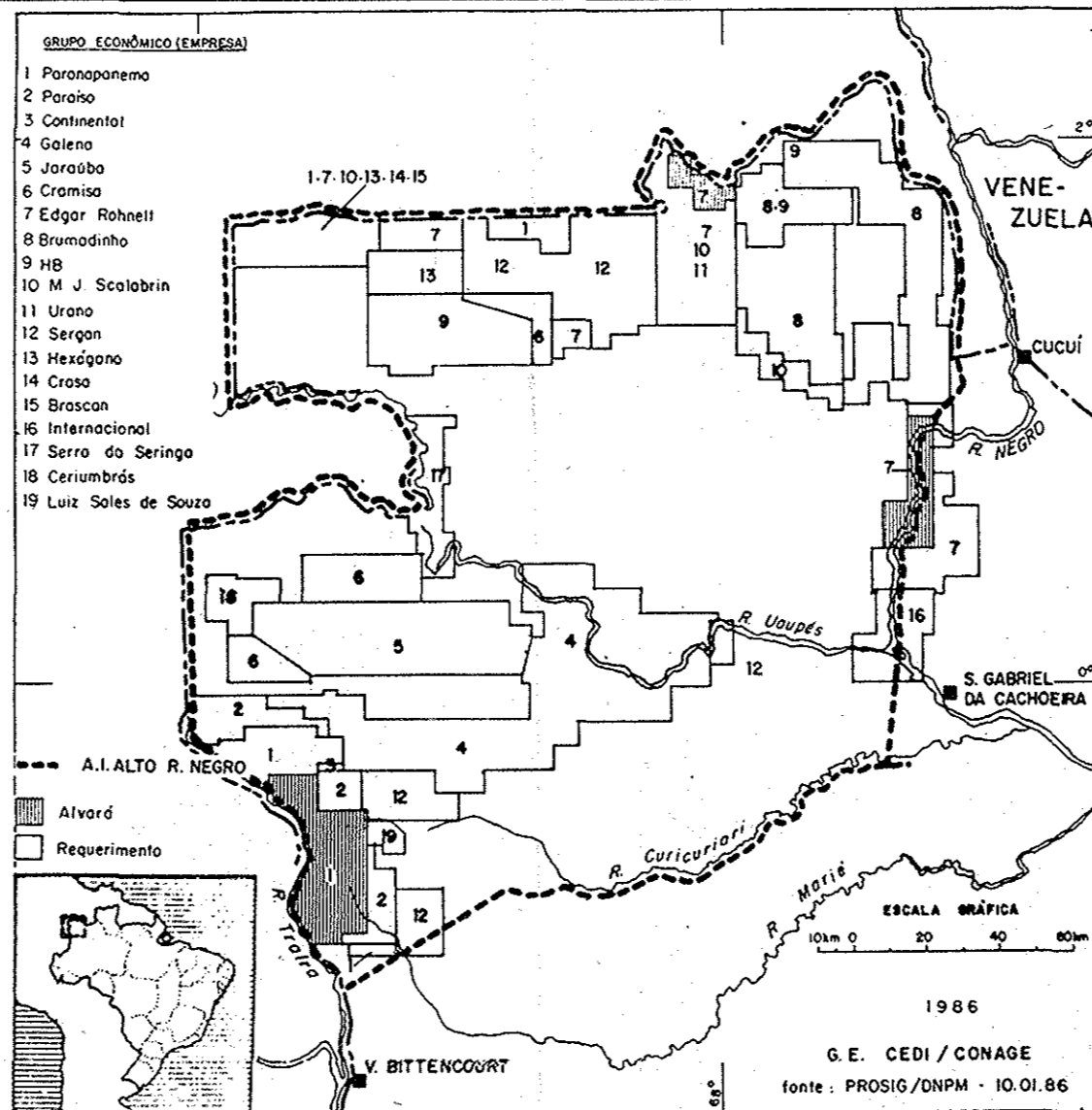
promovida para que as populações indígenas do alto rio Negro manifestassem seu apoio ao projeto Calha Norte. Mas as colocações do coronel-de-exército Roberto Luiz Teixeira Costa, do Conselho de Segurança Nacional, e de Sebastião Amâncio e Marcelo Chagas, da Funai, não convenceram ninguém. No segundo dia do encontro, as lideranças deram uma reviravolta e solicitaram a retirada de todos os brancos da reunião, constituindo uma mesa exclusivamente indígena. O que não agradou a muita gente. No dia seguinte, dizendo-se "traído pelos índios", o coronel Teixeira se recusou a fazer parte novamente da mesa permanecendo, "em protesto", nas arquibancadas do ginásio de esportes onde o encontro estava sendo realizado.



Cerca de 200 lideranças repudiaram o Calha Norte e as mineradoras e exigiram a demarcação de suas terras pela Funai



A Assembléia serviu também para que os habitantes do alto rio Negro avançassem em sua organização: fundaram uma federação regional, filiando-se à UNI



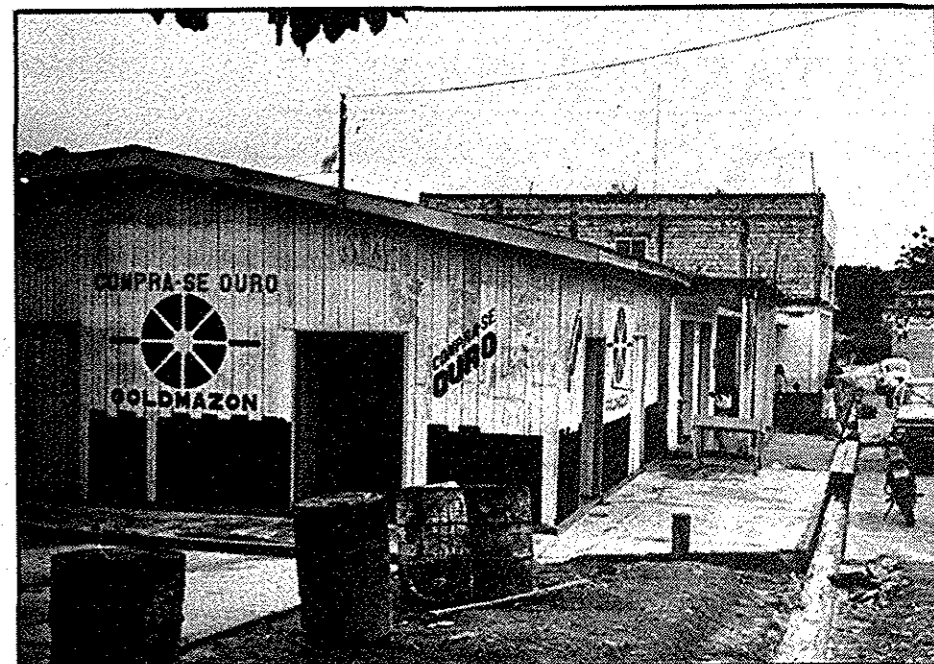
A marcha das empresas mineradoras, algumas com alvarás, outras aguardando autorização do governo

MINERAÇÃO

Empresários falam e não convencem

Se para muitos índios que participaram da Assembléia de São Gabriel da Cachoeira os discursos dos empresários de mineração deixaram uma idéia ainda mais confusa quanto ao quadro que ali se apresenta, para a maioria restaram a indignação e a impaciência. Em seus depoimentos, os empresários deixaram claras as suas intenções no alto rio Negro, ou seja, as de obter mão-de-obra indígena barata e, com habilidade, promover uma política estratégica para "legalizar" o roubo que fazem das terras daqueles povos.

O diretor da empresa Goldmazon, por exemplo, o gaúcho Helton Rohnelt, mesmo que considerou publicamente "uma palhaçada" a reunião indígena realizada em abril de 1986, em Pari-Cachoeira, no alto rio Negro, ao culpar agora a legislação mineral pelas consequências às comunidades indígenas, não vacilou ao dizer: "Tenho que defender com força meus interesses e o interesse da Nação brasileira". Sequer fez referência aos malefícios que ficam para os índios após o saque das empresas em suas terras. O empresário gaúcho preocupou-se



Instalações da Goldmazon em S. Gabriel da Cachoeira, que invade e culpa a legislação mineral

mesmo foi em anunciar a chegada de mineradoras, àquela região, "as muitas que vão chegar".

Ficou evidenciado, durante a assembléia, o atordoamento dos índios diante da entrada das empresas de mineração em seus territórios, com o reforço da implantação de projetos governamentais. Divididos em seus conflitos, os que ainda permanecem mais isolados temem a invasão das empresas mineradoras, diante do que está acontecendo nas comunidades de onde elas já se aproximaram. Muitos, apesar do fato consumado, são radicais na expulsão; outros

procuram saídas e normas, ante a irreversibilidade da permanência dos estrangeiros na área.

E nesse contexto que as empresas assinem acordos que depois são utilizados como termos de aceitação das atividades mineradoras em suas terras.

Os representantes dessas empresas, dentro da certeza que têm de que as leis que serão elaboradas os favorecerão, continuam a declarar que não praticam atividades em terra de índios. "Atuamos vizinhos às áreas deles", disse o coronel Dornelles, da Paranapanema.

Apesar de os representantes do Conselho de Segurança Nacional (CSN) e da Funai haverem sustentado a versão de que os povos do alto rio Negro eram favoráveis ao projeto Calha Norte, suas afirmações foram frontalmente desmentidas, de maneira generalizada, pelos próprios indígenas que participaram da assembléia realizada em São Gabriel da Cachoeira (AM).

Como se esse fato não bastasse, o representante do CSN, coronel Roberto Luiz Teixeira Costa, caiu em segundas contradições quando fez seus pronunciamentos. Uma delas, por exemplo, referia-se ao "conhecimento" que a sociedade civil teria da elaboração e implantação do projeto Calha Norte. O coronel teve a coragem de dizer que o fato de o projeto estar sendo discutido em assembléia, pelos próprios índios, era

Projeto "democrático" foi feito sob sigilo

um exemplo de sua "origem democrática". O representante do CSN contradisse a própria natureza do projeto, que prevê o caráter "sigiloso" com que deveria ser conduzido, valendo ressaltar que o empreendimento só veio à tona mais de um ano após o início de sua elaboração e implantação, sem que a sociedade nacional ou os próprios índios tivessem conhecimento do fato. Até a Funai, que tem a obrigação legal de atender aquelas comunidades, embora tenha participado da elaboração, deixou de comunicar o plano dos militares aos indígenas.

Dentre inúmeras outras contradições, o coronel Teixeira disse que o projeto não ameaça de extinção os indígenas. Utilizou o argumento de que, desde o início de sua implantação, nenhum índio ainda morreu, em consequência do projeto. O coronel sequer teve a consciência de admitir o impacto que as imposições do Exército causam entre os indígenas, no sentido cultural. Isto, sem levar em conta que a construção de estradas, hidroelétricas ou vilas, que o projeto prevê, além da desorganização social que provoca, é fator de desaparecimento físico desses povos. Em se tratando do rio

Negro, comunidades como a Maku e a Yanomami, ainda mais isoladas, apresentam alto grau de vulnerabilidade biológica a esses confrontos, quer através das doenças que contraem ou do impacto emocional que o contato ocasiona.

Durante a assembléia, o titular da 5ª superintendência da Funai, Sebastião Amâncio da Costa, que sempre havia mantido silêncio com relação à participação da Funai na elaboração do Calha Norte, deixou escapar a confirmação disso, quando afirmou que no final de 1985, o órgão que dirige foi chamado a encaminhar suas propostas, por ele, entregues ao CSN já no início do ano passado.

Invasão militar

Os indígenas repudiaram a atitude da Funai diante do conchavo

estabelecido com o CSN, alegando que o fato significou, no mínimo, um desrespeito, uma vez que não sabiam sequer que o projeto seria implantado. "Não é possível fazer coisas numa terra sem falar com seus filhos, pois eles fazem parte dela", disse um dos índios presentes. O Calha Norte foi considerado ainda como "invasão militar" pela maioria dos indígenas que não admitem mais ficar à margem das decisões de como se processará suas próximas etapas.

O Tukano Pedro Garcia, em seu depoimento, disse o seguinte: "A meu ver, o Calha Norte entrou de forma escondida; ninguém soube. O pior é que isso aconteceu sem ter sido demarcada nossa terra. Agora, a terra em que nascemos ainda vai ser nossa terra ou um quartel? A terra é nossa ou do Exército?"

História da demarcação é contestada

anos, mas nenhuma área chegou a ser homologada.

Os representantes dos órgãos oficiais de segurança e de assistência ao índio sequer falaram da intenção do CSN de demarcar os territórios indígenas como colônias agrícolas, permitindo a entrada de brancos.

Isso, apesar de o general-de-brigada Rubens Bayma Denis, secretário-geral do Conselho de Segurança, ter afirmado várias vezes a lideranças do alto rio Negro que, na faixa de fronteira, apenas seriam demarcadas essas colônias.

Sebastião Amâncio chegou a dizer que a Funai já havia feito tudo o que era preciso para a legalização daquelas áreas. Mas logo foi contestado pela representante do Ministério do Desenvolvimento e da Reforma Agrária, Lígia Simonian. Segundo ela, todos os processos de demarcação de áreas da região "estão com o encaminhamento suspenso. Estão todos de molho".

Federação

No último dia da assembléia, foi criada pelos participantes a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn). Filiada à UNI (União das Nações Indígenas), ela falará, a partir de agora, pelos povos da região. A diretoria, escolhida através de eleição direta, ficou assim constituída: o Baré Edgar Fernandes Rodrigues como presidente; como vice, o Baniwa Gerson José dos Santos; Orlando Mogueiro, Baré, secretário; e o Arapaso José Augusto Fonseca como tesoureiro.

Um convite à invasão

Por estarem localizadas na faixa de 150 quilômetros ao longo da fronteira, as áreas indígenas no Mato Grosso do Sul deverão ser transformadas em colônias agrícolas, o que significa abri-las para não-índios. Segundo o coronel Antônio Carlos Carneiro da Silva, membro do Conselho de Segurança Nacional, que no dia 1º de abril último se reuniu com os Kayová Guarani, esta foi a "solução" encontrada pelo governo "para melhor proporcionar assistência técnica e econômica às comunidades". Além das lideranças indígenas, participaram também da reunião o antropólogo Celso Aoki, do Projeto Kayová Nandeva, Daniel Marques, da

Superintendência de Assuntos Fundiários da Funai, e Paulo Machado Guimarães, assessor jurídico do Cimi.

Disse o coronel que somente será permitida a entrada de não-índios nas áreas quando o interessado firmar acordo com a comunidade e o órgão tutor, com o consentimento do órgão de segurança. E, caso a comunidade concorde, o "interessado" poderá explorar economicamente o território.

O que talvez o coronel Carneiro tenha esquecido é que, além de institucional, nos casos onde essas áreas foram abertas para não-índios, os invasores acabaram por questionar o valor indígena do território.